

## **Soberania nacional é luxo de país rico?**

ARGENTINA MERECE PROPOSTA SÉRIA DE NAÇÕES DESENVOLVIDAS

MARCELO DE PAIVA ABREU

A crise argentina tem suscitado manifestações surpreendentes. Com a internacionalização do mercado de capitais no século 19 surgiu a figura dos money doctors, peritos especializados no tratamento de "doenças" financeiras que afligiam os países da periferia, geralmente mobilizados por credores com ativos em situação de risco alto. Depois de alcançar um pico no entreguerras, sua influência decaiu por longo período com a emergência do FMI. Mais recentemente, porém, com o crescente desgaste do fundo, os money doctors recuperaram o espaço perdido. A mais recente manifestação dos money doctors foi o artigo no Financial Times de Ricardo Caballero e Rudiger Dornbusch, professores do Departamento de Economia do MIT, sobre os remédios requeridos para superar a crise argentina. Trata-se de notável exemplo da liberdade a que se permitem money doctors engajados em prescrição de tratamento de choque à distância. Ao menos no caso de Rudiger Dornbusch, talvez haja a intenção de compensar as declarações do passado, igualmente truculentas, mas com o sinal contrário. Pelo menos até 1999, em meio a selvagens críticas ao governo brasileiro, de acordo com Dornbusch era a Argentina o exemplo a ser imitado, como qualquer um pode verificar consultando os arquivos de notícias dos grandes jornais, inclusive do Estado.

A idéia central do artigo de Caballero-Dornbusch é que, dado que a Argentina não tem condições de superar a atual crise, pois há uma bancarrota econômica, política e social, a única saída é a desistência temporária de manter a sua soberania em assuntos financeiros. O exemplo que desperta a admiração dos autores é o da reconstrução financeira da Áustria, a partir de 1922, sob os auspícios do Comitê Financeiro da Liga das Nações, com forte influência do Banco da Inglaterra. A cooperação financeira internacional foi condicionada ao controle da política econômica austríaca por um comissário-geral residente, o holandês Zimmermann, e do consultor suíço Von Wartensee, no Banco Central austríaco. Com base nisso, Caballero e Dornbusch propõem que comissários internacionais, idealmente de pequenos países "desinteressados", tais como Finlândia e Holanda (a Nokia e o ABN-Amro que nos perdoem), assumam o controle das políticas fiscal e monetária, bem como da implementação de reformas na Argentina.

Isso parece ser um mau uso da história para amparar recomendações quase que grotescas pelo seu irrealismo. O poder de barganha da Áustria certamente foi afetado pelo fato de ter sido derrotada na 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial (e esquarterada em seguida). É também discutível se a estratégia adotada na Áustria foi realmente coroada de sucesso. Em outros países, até mesmo no Brasil, a estabilização "deu certo" na segunda metade da década de 1920 porque, até meados de 1928, houve um período de prata dulce no mercado internacional quando até as prefeituras brasileiras se endividaram. Quando a situação internacional se deteriorou, foi exatamente no sistema bancário austríaco, com a quebra do Creditanstalt em 1931, que teve início a crise que redundaria no abandono do padrão-ouro pela Grã-Bretanha em 1931. Não se pode dizer que o fracasso da estabilização com reconstrução da Áustria esteja desvinculado das perturbações políticas que se seguiram e culminaram na transformação do país, em 1938, em Ostmark, mera província alemã. A própria Liga das Nações, em 1946, reconheceu as limitações de sua estratégia "de caráter inteiramente negativo e escopo estritamente financeiro", bem como de implementação excessivamente lenta.

Não se entende bem por que a proposta Caballero-Dornbusch teria de ser defendida com base no caso austríaco. Ao longo da história, são inúmeros os exemplos de ingerência de potências estrangeiras na soberania de países pretensamente independentes, com base em motivação financeira. Talvez os exemplos sejam mais chocantes e, portanto, reduzam ainda mais o já parco realismo da proposta. No Egito, sob o império otomano, durante o vice-reinado de Ismail em 1876, as potências ocidentais organizaram a intervenção financeira por meio do sistema conhecido como de controle dual, de tal forma que um perito francês era a autoridade máxima com relação à despesa, enquanto um perito britânico respondia por assuntos relacionados à receita. Inúmeras intervenções norte-americanas na América Central e no Caribe nos anos iniciais do século 20 envolveram a administração norte-americana das aduanas com o objetivo de garantir pagamento da dívida externa. Nenhuma dessas histórias acabou muito satisfatoriamente, seja para credores, seja para devedores.

Poucos discutiram o diagnóstico de Caballero-Dornbusch sobre a gravidade da crise argentina. É necessário, entretanto, repartir a culpa pela desgraça.

Houve, sim, falência múltipla de órgãos na Argentina, mas, por outro lado, houve grande cumplicidade dos países desenvolvidos para que a situação alcançasse a atual gravidade. A Argentina enfrenta estruturalmente hoje, e desde muito cedo no século passado, as mais significativas barreiras comerciais nos países desenvolvidos quando comparada à situação de outras economias de renda per capita média. Nunca foi resolvida a desgraça que significou tentar competir diretamente com o setor agrícola dos desenvolvidos em produtos agrícolas temperados. Por outro lado, apesar de a paridade fixa peso-dólar ter rangido por longo tempo, tanto a atuação do FMI quanto a postura do "mercado" foram marcadas por leniência e, com o passar do tempo, imprudência. Não adianta agora ter ataque de nervos e propor desistência de soberania impalatável quase que em qualquer cenário político que se vislumbre na Argentina. O país necessita adotar um amplo programa de reformas. Mas o FMI e os governos dos países desenvolvidos devem ser duros e sérios com a Argentina e também com eles mesmos. Devem comprometer-se com reformas estruturais que viabilizem o crescimento argentino tais como o desmantelamento do protecionismo agrícola temperado. Propostas para chocar o público dificilmente serão eficazes para que se encontre uma saída efetiva para a Argentina.

*Marcelo de Paiva Abreu é professor do Departamento de Economia da PUC-Rio*